

**Curso Básico
sobre o
Carisma
Missionário
Franciscano**



**Empenho
franciscano
pela Paz**



Lição 23

**Curso Básico
sobre o
Carisma
Missionário
Franciscano**



**Empenho
franciscano
pela Paz**



Lição 23

Petrópolis 2002

© FAMÍLIA FRANCISCANA DO BRASIL
Rua Coronel Veiga, 1705 – CEP 25655-152
Caixa Postal 90.174 CEP 25621-970
PETRÓPOLIS – RJ

Copyright do original alemão

Comissão Internacional do CCFMC.

Edição revisada conforme as propostas do Congresso Internacional do CCFMC,
em Assis, Itália, 1994.

Redação original em língua alemã

Anton Rotzetter OFM^{Cap}, Maria Crucis Doka OSF,
Margarethe Mehren OSF, Patricia Hoffmann-Kayser,
Othmar Noggler OFM^{Cap}, Horst von der Bey OFM e
Andreas Müller OFM

Layout

Jakina Ulrike Wesselmann
Centro Missionário dos Franciscanos (MZF)

Tradução para o português

Malina Hoepfner RSCJ

Revisão literária

Frei Celso Márcio Teixeira

Diagramação, paginação e fotolitos

Domus Design Gráfico

VOZES IMPRIMIU





Empenho franciscano pela Paz

Texto das Fontes

Como Francisco converteu o lobo de Gúbio

I. Introdução

II. Visão de Conjunto

III. Informação

1. - A verdadeira paz
 - 1.1. O Estado temporal procura a paz na terra
 - 1.2. "A Cidade de Deus"
2. - Alternativa não-polêmica
3. - Capacidade de suportar conflitos e sofrimentos
4. - Pacificar sem violência
5. - Viver a partir da justiça de Deus

IV. Exercícios

V. Aplicações

VI. Bibliografia

VII. Legendas das Ilustrações



Texto das Fontes



Como Francisco converteu o lobo de Gúbio

Gúbio, uma cidade na Úmbria, estava tomada de grande medo. Na floresta da região vivia um grande lobo, terrível e feroz, o qual não somente devorava os animais como os homens, de modo que todos os cidadãos estavam apavorados. Por isso, cercaram a cidade com altas muralhas e reforçaram as portas. E todos andavam armados quando saíam da cidade, como se fossem para um combate.

Uma vez, quando Francisco chegava na cidade, estranhava o medo do povo. Percebia que a culpa não podia ser unicamente do lobo. Havia no fundo dos corações uma outra causa que era tão destrutiva como parecia ser a causa do lobo.

Logo, Francisco ofereceu ajudar. Resolveu sair ao encontro do lobo, sozinho e desarmado, mas cheio de simpatia e benevolência pelo animal e, como dizia às pessoas, na força da Cruz.

O dito lobo, de fato, foi ao encontro de Francisco, raivoso e de boca aberta. Mas quando percebeu as boas intenções de Francisco e ouviu como este se dirigiu a ele como a um irmão, cessou de correr e ficou muito surpreendido. De olhos arregalados, viu que esse homem o olhava com bondade. Então perdeu toda a sua maldade, levantou a pata da frente, e domesticamente a pôs na mão aberta de Francisco. Com a promessa de nunca mais lesar nem homem nem animal, foi com Francisco até a cidade.

Também os cidadãos abandonaram sua raiva e começaram a chamar o lobo de irmão. Prometeram dar-lhe cada dia o alimento necessário. Finalmente, o irmão lobo morreu de velhice, pelo que os cidadãos tiveram grande pesar. Ainda hoje se mostra em Gúbio um sarcófago feito de pedra, no qual os ossos do lobo estavam depositados durante séculos. (cf. Fioretti 21).





Empenho pela paz

Provavelmente não há outra solicitude de Francisco que seja mais atual do que seu empenho pela paz. Em toda parte onde se fala de paz, seu nome é mencionado. Muitos dos que se engajam



para promover justiça e paz no mundo se referem à pessoa de Francisco que, no século XIII, foi, por excelência, um homem de paz.

Atualmente há “franciscanos pela paz” em muitos países. São irmãos e irmãs que se unem e se organizam para servir à causa da paz e da justiça.





Francisco viveu uma alternativa

Em primeiro lugar, trata-se de compreender corretamente qual é o sentido da palavra “paz”. Em todos os tempos, falava-se de paz, mas entendiam-se coisas bem diferentes, o que obrigava Francisco a insistir na “verdadeira paz”, baseando-se na tradição agostiniana (cf.C1.1).

Para Francisco, era importante falar da “verdadeira paz”, porque a cidade de Assis havia desenvolvido conceitos concretos da Paz, ao firmar os tratados de 1203 e 1212. E essas idéias eram bem diferentes daquilo que Francisco tinha escolhido como sua forma de vida. Com seus irmãos, Francisco vivia uma alternativa, e isso de uma maneira não-polêmica. É de notar a delicada diferença feita por Francisco entre as pessoas e os sistemas injustos, nos quais essas pessoas viviam envolvidas. Mesmo quando não é possível mudar muita coisa de um sistema, continua para todos uma esperança, baseada na promessa de Deus.

Convém acrescentar que Francisco deu muita importância à capacidade de suportar conflitos e sofrimentos, e isto não só dentro da alternativa que vivia, mas também nas relações com a sociedade. A paz não é o atributo de um mundo salvo, mas algo que tem que ser conquistado dia-a-dia no meio de sofrimentos e esforços contínuos.

A capacidade de agüentar conflitos tem muito a ver com o princípio da não-violência. Francisco pertencia ao número daqueles que confiam na força da Cruz, renunciando, deste modo, a qualquer forma de violência. A recusa do uso da violência valia também juridicamente, pelo menos em teoria, quando se tratava de privilégios e processos. Na prática, Francisco procurava a proteção da Igreja.

Uma vez que é impossível haver paz sem justiça, será preciso analisar que tipo de conclusões Francisco deduzia do conceito da paz.



Família franciscana como um movimento da paz

Para a Família franciscana, o conceito de paz não é simplesmente um valor marginal, mas pertence ao núcleo central da sua missão. Francisco concebeu sua família como um movimento de paz, enviado para proclamar a conversão e trazer a paz.

A verdadeira paz

1.

É preciso afastar-se de uma compreensão superficial de paz. Pois, o que Francisco deseja é “a verdadeira paz do céu e sincera caridade no Senhor” (2CtFi 1). Portanto, para ele, a paz é um dom do céu, ligado essencialmente a Jesus Cristo (cf. Ef 2), “no qual foram pacificadas todas as coisas, assim as da terra como as do céu, e reconciliadas com o Deus onipotente” (cf. Adm 15; Cant 11). A verdadeira paz é experimentada por quem vive para Deus. Por isso, Francisco, muitas vezes, pode também dizer que a paz deve ser “conservada” (Adm; Cant). Paz é, portanto, de maneira paradoxal, uma coisa já dada e simultaneamente ainda procurada.



A expressão “paz verdadeira”, confrontada com a tradição agostiniana, que Francisco conhecia, recebe nova significação. Na sua obra, “Cidade de Deus” (19,17), Agostinho distingue duas formas de estado e dois conteúdos de paz.

O estado temporal procura a paz na terra

1.1.

Procurando a paz na terra, o Estado temporal a encontra na medida em que consegue a maior concordância possível dos cidadãos (“concordia civium”). Os cidadãos devem unirse e concordar, por um grande número de decisões concretas, em como satisfazer as suas exigências fundamentais (“composito voluntatum”). O sentido da legislação estatal consiste, portanto, em “regulamentar o que é favorável à conservação da vida mortal” e orga-





nizar "o que é necessário para a vida" ("res huic vitae necessariae"). Neste sentido, a paz significa a satisfação de necessidades fundamentais dentro de uma comunidade estatal. Assim, a política econô-

mica deve ser entendida também como uma política da paz.

A paz, portanto, segundo Agostinho, é um tema não interestatal, mas antes intra-estatal. Hoje em dia, devemos continuar a desenvolver este pensamento, transferindo-o ao âmbito da comunidade de estados, e até ao conjunto de todos os povos a nível mundial. Neste sentido, a "globalização" é uma exigência necessária da paz (cf. Lição 21).

Hoje em dia, a paz, no sentido da satisfação de necessidades fundamentais de todos, é concebível apenas quando se leva em consideração o conjunto global do nosso mundo. Desta forma, paz e justiça se entrelaçam. Paz verdadeira só pode existir, quando todos os seres humanos julgam satisfeitas as suas exigências fundamentais.

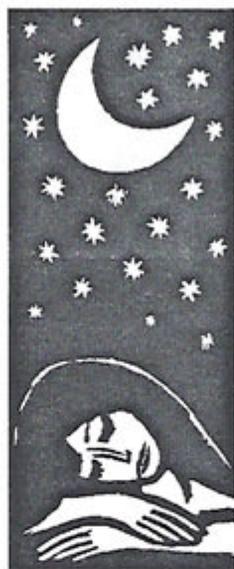
• A partir desta noção de paz, franciscanos e franciscanas juntaram-se nos anos 80, para representar a missão franciscana de paz a nível da Organização das Nações Unidas (= ONU). Atualmente, eles possuem o "status" de uma organização não-governamental (= ONG) chamada "Franciscans International" (= Franciscanos na ONU), que define a sua visão nos seguintes termos:

Visão dos Franciscanos nas Nações Unidas:

"Nós, franciscanos, homens e mulheres no seguimento de São Francisco de Assis, acreditamos que a criação inteira, do menor organismo até o ser humano, vive numa interdependência mútua no planeta Terra.

Estamos conscientes de que esta relação está ameaçada pela recusa em aceitar a interdependência, optando, ao contrário, pelo uso da exploração e da dominação.

Nós nos engajamos a fomentar a nossa mútua dependência, para que toda a criação possa viver em harmonia. Vamos contribuir para o serviço a nossos próprios membros e aos colaboradores das Nações Unidas, assim como a todos os outros, pela formação e promoção dos seguintes temas: ecologia, preservação do meio ambiente, métodos pacificadores e a solução de conflitos.



Procuraremos colaborar, neste sentido, com os membros das Nações Unidas e de outras organizações não-governamentais. Nossos esforços refletirão valores franciscanos, relativos à preservação da natureza, à promoção da paz e à ajuda prestada aos pobres. Estes valores coincidem com aqueles que as Nações Unidas afirmaram na sua Carta fundamental e na sua Declaração dos Direitos Humanos.”



1.2. “A Cidade de Deus”

1.2.

Enquanto representa uma realidade da história, onde a Igreja está presente, a “Cidade de Deus” participa dos esforços do Estado temporal. O cristão deve, portanto, tomar parte na formação da vontade dos cidadãos, a fim de favorecer, com todas as suas forças, a vivência digna de todos. Ao mesmo tempo, deve, sob outros aspectos, ultrapassar os esforços do Estado, confrontando-se criticamente com ele. Pois, o cristão vive de uma visão que ultrapassa o desejo de chegar a um bem-estar físico generalizado. O cristão está convencido de que o ser humano nunca estará satisfeito, nem mesmo quando todas as suas necessidades fundamentais forem atendidas. Sempre terá como objetivo algo ainda não alcançado, uma reserva de esperança, uma saudade utópica de paz que nunca poderá ser satisfeita, nem pela política apenas, nem pela economia.

- O cristão não pode ficar parado na fronteira da morte. O ser humano não é só matéria, não é só guiado por necessidades biológicas. É um ser destinado para o reino de Deus e, por isso, se sente impelido do lado de cá da morte, por uma exigência fundamental, que vai além da morte.
- O cristão não pode ficar parado junto do Estado nacional. Ele sabe da unidade fundamental do gênero humano. Por isso, todos os Estados têm a obrigação de ultrapassar seus próprios interesses, para unir-se a todos os



outros para formar uma única família. Resumindo: o nacionalismo não é compatível nem com a fé cristã nem com o espírito franciscano.

• O cristão não deve satisfazer-se com idéias puramente intra-históricas. Sempre existe algo mais, pelo qual vale a pena engajar-se. Ele tem que fazer tudo que for possível, para que o reino de Deus possa ser experimentado no mundo, mesmo sabendo que, definitivamente, nunca será alcançado nesta terra.

Portanto, a “verdadeira paz” tem o seu começo na realidade terrena, mas encontrará a sua perfeição apenas além da fronteira da morte e no Reino de Deus, a saber, quando o ser humano tiver satisfeito a sua última e mais profunda necessidade, a necessidade de Deus. Esta distinção entre o “Estado temporal” e a “Cidade de Deus”, segundo Santo Agostinho, mostra até que ponto a pobreza franciscana, que tem a ver com necessidades fundamentais e inclui também a solidariedade, está ligada à justiça e ao empenho em prol da paz.



Alternativa não-polêmica

2.

O estilo de vida franciscano é essencialmente determinado pelo convite a “deixar o mundo” (cf. Test 3; RegNB 22,9). Ele só pode ser compreendido plenamente como alternativa à vida “burguesa”.

Isto se refere também à maneira como a gente procura satisfazer suas necessidades fundamentais. Em vez de cada um lutar por dinheiro e fama, para superar a própria miséria pela auto-suficiência e o egoísmo obsessivo, Francisco confia na solidariedade mútua, no carinho, na confiança com que cada um e cada uma são capazes de velar com solicitude materna pelo bem dos outros (cf. RegNB 9). A alternativa, porém, não se refere apenas ao nível econômico. Trata-se também do jeito de convivência, porque não devemos comportar-nos como lobos, mas como irmãos e irmãs.

Francisco apresenta esta alternativa sem agressividade e de maneira não polêmica. Antes, está convencido de que a nova comunidade pacífica só poderá formar-se, quando os objetivos e os métodos estiverem de acordo. O discurso de Jesus ao enviar os apóstolos à sua missão (cf. Mt 10,1-42) influenciou de maneira decisiva a forma de vida franciscana. Ele mostra, entre outras coisas, a convicção de que a paz, só pela paz pode ser gerada.

Por isso, Francisco, com seus irmãos, viveu certos princípios: “Abstenham-se de rixas e disputas” (RegNB 16,7). “De nossa parte, quando vemos e ouvimos alguém amaldiçoar, abençoemos; fazer o mal, façamos o bem; blasfemar, louvemos o Senhor, que é bendito por toda a eternidade” (RdgNB 17,20). Por mais perversas e más que lhe pareçam as

tendências em Assis, Francisco, por um engajamento total, quer mobilizar outras forças e, pelo testemunho evangélico, quer criar outras realidades históricas.

De importância é também a advertência, que demonstra que Francisco sabe muito bem distinguir entre sistema e indivíduo. Por mais ruim que pareça a Francisco o sistema, não quer condenar moralmente os homens que vivem imersos neste sistema. “Admoesto e exorto os irmãos a que não desprezem nem julguem aqueles homens” (RegB 2,17). Segundo a literatura biográfica, Francisco tinha uma motivação para esta prescrição da Regra:

“Pois Deus é o Senhor nosso e deles, e tem o poder de chamá-los a si e torná-los justos.’ Dizia também e queria que os irmãos os reverenciassem como irmãos e senhores, porque eles são irmãos enquanto criados pelo mesmo criador, e são os senhores enquanto ajudam os bons a fazer penitência, ministrando tudo o que é necessário ao corpo; e, dizendo estas coisas, acrescentava: ‘A vida dos irmãos entre os homens deveria ser de tal forma que todo aquele que os visse e os escutasse glorificasse e devotamente louvasse o Pai celeste.’ Era seu grande desejo que ele e seus irmãos tão ricos se mostrassem em boas obras que por elas o Senhor fosse louvado, e dizia-lhes: ‘A paz que anunciais com a boca mais devíeis tê-la em vossos corações. Ninguém seja por vós provocado à ira ou ao escândalo, mas todos, por vossa mansidão, sejam levados à paz, à benignidade e à concórdia’” (Leg3C 58).

Francisco, portanto, discerne uma chance para as pessoas que vivem num sistema injusto e, pelo seu comportamento, dele participam: Deus é o seu futuro. Ele o pode mudar. A esta fé deve corresponder um comportamento concreto: nem desprezo nem julgamento daqueles que estão presos a um sistema, mas têm um gênio pacífico. Acrescenta que Francisco reconhece que também o alternativo vive ainda do sistema, mesmo que o enfrente numa atitude profética.

Muitas vezes, neste contexto, afirma-se que Francisco teria contestado a crítica. Isso é verdade se, a priori, se entende crítica num sentido negativo. Mas ligada com uma certa palavra, de grande importância na história do mundo ocidental, desaparece a dúvida. Pois, desde tempos antigos era exaltada a faculdade do “discernimento” (= “discretio”, “discernere”) como dom do Espírito Santo (cf. 1Cor 14,29) e como virtude indispensável. Assim também em São Francisco de Assis, que quer distinguir entre o divino e o que é por demais humano, mesmo nos santos (LegPer 10) e nos sacerdotes (Test 9): “Não quero considerar o pecado deles, porque discirno neles o Filho de Deus.”

É pouco provável que Francisco não tenha relacionado esta faculdade de discernimento com a realidade da cidade, do Estado e da sociedade inteira. Não fosse assim, não poderia ter procurado e ocupado uma situação alternativa.





Deve-se acentuar que Francisco procurou a sua forma de vida alternativa não num mundo salvo, mas na realidade deste mundo. Existe uma carta dele, "Carta a um ministro dos Frades Menores" (CtMin), interpretada pelo escritor E. Auerbach da seguinte maneira:

"O conceito desta carta é uma doutrina levada até o extremo de não fugir ao mal e de não se lhe opor. Uma abjuração não de deixar o mundo, mas de se intrometer no meio de suas penas e de suportar, apaixonadamente, o mal... Francisco avança até a um extremo, quase duvidoso para a teologia moral, quando escreve: 'Não debes desejar que eles se tornem cristãos melhores.' Pode-se, pois, suprimir o desejo de que o próximo seja um cristão melhor, por amor à própria provação pelos sofrimentos? Somente sujeitando-se ao mal é que se pode, ao ver de Francisco, comprovar o poder do amor e da obediência... Isto é bem mais do que uma meditação solitária, longe do mundo" (E. Auerbach).

Estas palavras tão impressionantes devem, no entanto, ser colocadas, mais uma vez, num contexto bem concreto. Na citada "Carta a toda a Ordem", o Santo trata do conflito cotidiano numa comunidade concreta. O primeiro passo na direção para alcançar a grande paz se dá, portanto, na capacidade de suportar conflitos, capacidade, por sua vez, treinada nas relações interpessoais.

Além disso, em Francisco de Assis, esta capacidade de suportar conflitos e sofrimentos está ligada a outra atitude fundamental muito importante: a "compassio"



(= compaixão). Na literatura biográfica aparece claramente como Francisco de Assis, no encontro com o crucificado, adquire uma nova faculdade. Experimenta aquela forma de solidariedade que, de certo modo, chega a sentir no próprio corpo as dores do outro. Esta faculdade de Francisco é muitas vezes esquecida. De um lado, Francisco é o “sofredor” e “o que chora”, mas de outro lado é o “mendigo alegre” e o “irmão sempre contente”. Durante dias inteiros fica chorando e sofrendo. A partir deste sofrimento, volta-se para o irmão, para o leproso e o mendigo, para o verme que encontra no chão aos seus pés e o cordeiro no campo, para a árvore prestes a ser cortada, como para a pedra que está pisando. Na leitura do relato da Paixão de Cristo procura avivar sempre mais esta atitude. Finalmente, ela se manifesta corporalmente quando, dois anos antes da morte, Francisco recebe os sagrados estigmas.

A atitude de compadecer-se, de sofrer junto com o padecimento dos outros ocupa um lugar eminente entre os primeiros passos a serem dados em direção à paz.



pacificar sem violência

4.

Em toda parte, Francisco era conhecido como um pacificador. Não é apenas um homem pacífico, mas alguém que tem a tarefa e o dom de criar a paz. Todavia, é preciso proteger esta afirmação contra mal entendidos, para demonstrar plenamente o seu justo valor.

Num comentário a Mt 5,3 (“Bem-aventurados os pacíficos, pois serão chamados filhos de Deus”), Francisco liga o empenho do homem da paz à sua capacidade de sofrer, o que, para ele, significa a atitude da não-violência. Facilmente, a capacidade de sofrer é interpretada como uma atitude passiva, o que acontece também com a virtude da paciência. Trata-se, antes, de uma força interior capaz de confrontar o sofrimento. Para Francisco, tanto o pensamento como o sentimento (= a alma) devem ser impregnados pela paz.

“São verdadeiramente pacificadores os que, no meio de tudo quanto padecem neste mundo, se conservam na paz, tanto no pensar e sentir (= alma) como no comportamento social (= corpo), por causa do amor com que amam Nosso Senhor Jesus Cristo” (Adm 15). Esta afirmação torna-se tanto mais vigorosa quando nos lembramos das experiências feitas por franciscanos em países ao norte dos Alpes onde, por suspeita de heresia, passaram por sérios apuros:

“Alguns foram encarcerados, outros foram despidos e, sem roupa, foram ridicularizados e se tornaram um espetáculo para a multidão... Por isso, a Alemanha era tida pelos frades



como tão desumana que não tinham coragem de voltar para lá, a não ser animados pelo desejo de martírio” (Jf 5).

A capacidade de suportar o sofrimento e ter paciência tem a sua hora justamente nos momentos conflituos e não representa uma virtude abstrata (cf. Adm 13).

Não-violência é uma atitude própria ao ser humano todo, e não apenas um acréscimo exterior. Também o pensar e o falar devem ser não-violentos:

“Aconselho, admoesto e exorto a meus irmãos em Nosso Senhor Jesus Cristo que, ao irem pelo mundo, não discutam nem porfiem com palavras (cf. 2Tm 2,14), nem façam juízo de outrem, mas sejam mansos, pacíficos, modestos, afáveis e humildes, tratando a todos honestamente como convém” (RegB 3,10).

Não-violência aparece aqui não apenas como programa, mas também como cultura de convivência. Cada uma das virtudes mencionadas é importante para a compreensão da atitude franciscana fundamental.

Por esta atitude, como mostra a história, Francisco consegue estabelecer a paz em várias cidades italianas: em Perugia (2Cel 37), Bolonha (Tomás de Spalato), Arezzo (2Cel 108), Siena (Fior 11), Assis (LegPer 44)...

Importante parece o fato de que o assunto da paz, para Francisco, determina cada encontro e cada pregação. Ele usa as duas fórmulas bíblicas: “Paz a esta casa!” (Lc 10,5; RegNB 3,13) e “O Senhor te dê a paz!” (Num 6,24-26; Test 6 e CtOrd), variando-as de acordo com o destinatário, p.ex. na forma: “Paz e Bem!” Estas fórmulas deviam abrir cada pregação, o que para os seus contemporâneos era, evidentemente, uma inovação que provocava não apenas admiração:

“No início da Ordem, andando o bem-aventurado Francisco com um irmão, que foi dos doze primeiros companheiros, este saudava homens e mulheres pelos caminhos ou nos campos, dizendo: ‘O Senhor vos dê a paz!’ As pessoas ficaram admiradas, porque nunca tinham ouvido tal saudação da parte de religioso algum; não faltando quem comentasse com alguma indignação: ‘Que significa esta



maneira de saudar?’ O irmão, muito envergonhado, disse ao bem-aventurado Francisco: ‘Permite que saude as pessoas de outra maneira!’ O santo respondeu: ‘Deixa-os falar. Eles não têm o sentido das coisas de Deus. E não te envergonhes, porque os nobres e príncipes deste mundo, por esta saudação, ainda hão de prestar grande reverência a ti e aos outros frades’” (LegPer 67).

Em várias situações, cheias de conflitos (guerras, contendas nas famílias, discussões partidárias) Francisco amplia a fórmula da saudação para uma pregação inteira e animada, muitas vezes com sucesso, à paz. Em outras ocasiões, ele se aproveita do Cântico do Irmão Sol e da oração. Outros meios de pacificação não estão mencionados na literatura biográfica, o que leva à conclusão de que o sucesso no empenho pela paz não se deve tanto aos meios empregados, quanto à personalidade fascinante de Francisco, ancorada em Deus.

A relação de Francisco com as armas não admite dúvidas. Um dos motivos por que Francisco faz da pobreza a coluna fundamental de sua comunidade é a percepção de que entre a posse de bens e a guerra há uma conexão íntima:

“Se possuíssemos haveres, ser-nos-iam necessárias armas para a nossa proteção. Pois é daí que surgem litígios e contendas que de muitas maneiras costumam impedir o amor a Deus e do próximo. Portanto, nesse século não queremos possuir nada de temporal” (Leg3C 35).

Neste contexto, costuma-se mencionar também a proibição da Terceira Ordem (OFS = Ordem Franciscana Secular) de usar armas: “Não podem receber nem carregar consigo armas mortais contra ninguém” (Memoriale = Regra da O.T 15,3; em Meersseman 101). Da mesma importância é a recusa do juramento de fidelidade, do qual o papa, em casos urgentes, podia dispensar (Memoriale 16). Para poder avaliar o verdadeiro significado desta determinação, é preciso saber que as comunas das cidades ou os nobres podiam obrigar suas comitivas a prestar o serviço militar. É justamente contra isto que se dirigem as duas determinações. “Foi comprovado que, desta maneira, várias guerras entre cidades ou guerras civis foram impedidas por falta de participação” (L. Hardick).

A formulação da regra da Ordem Terceira, de fato, não é de Francisco de Assis, mas está ambientada na tradição da penitência pública conhecida desde o tempo do Cristianismo primitivo, segundo o qual a penitência e a profissão militar são incompatíveis (cf. o comentário de Meersseman). Ademais, tais determinações estão plenamente de acordo com o ideal franciscano, recebendo um novo vigor pelo encontro com Francisco. Desta maneira, o movimento penitencial, respectivamente a Ordem Terceira, eram instrumentos importantes para a paz no século XIII.

Na mesma atitude, Francisco estabelece também uma alternativa para a Cruzada. Para isso, esboça a sua própria idéia da missão (cfr. Lição 7), fazendo questão de encontrar o sultão do Egito sem armas.



O comportamento do santo condensa-se nos “Fioretti” (21), através da impressionante lenda do “lobo grandíssimo, terrível e feroz”:

“Os cidadãos de Gúbio estavam tomado de grande medo... Todos andavam armados quando saíam de casa, como se fossem para um combate... E o medo deste lobo che-



gou a tanto que ninguém tinha coragem de sair da cidade. Pelo que Francisco, tendo compaixão dos homens do lugar, quis sair ao encontro do lobo... Fazendo o sinal da santa Cruz, saiu com seus companheiros, pondo toda sua confiança em Deus, tomou o caminho que levava ao lugar onde estava o lobo.

O dito lobo foi ao encontro de Francisco com a boca aberta. E chegando-se a ele, S. Francisco fez o sinal-da-cruz e o chamou a si, e disse-lhe assim: ‘Vem cá, irmão lobo, ordeno-te da parte de Cristo que não faças mal nem a mim nem a ninguém.’ Coisa admirável! Imediatamente após S. Francisco ter feito a cruz, o lobo terrível fechou a boca e cessou de correr; e dada a ordem, vem mansamente como um cordeiro e se lança aos pés de S. Francisco como morto.”

A lenda continua contando que Francisco conseguiu estabelecer um pacto de paz entre o lobo e a cidade, de tal modo que o lobo viveu dois anos em Gúbio *“e entrava domesticamente pelas casas de porta em porta, sem fazer mal a ninguém, e sem que ninguém lho fizesse. E foi nutrido cortesmente pela gente; e andando assim pela cidade e pelas casas, jamais nenhum cão ladrava atrás dele”* (Fior 21).

Aqui se manifesta claramente em quem Francisco pôs toda a sua esperança: nem nas próprias armas, nem na promessa de que armas podiam garantir segurança, coisa que são incapazes de fazer; mas em Deus, em Jesus e na Cruz. Assim, a história do lobo parece quase uma exegese do salmo 20: *“Uns confiam em carros, outros em cavalos; nós, porém, no nome do Senhor nosso Deus, a quem invocamos. Aqueles fraquejam e caem, nós nos mantemos de pé e resistimos”* (Sl 21,8-9).

Um aspecto particular da não-violência é aquele que se poderia chamar de renúncia à “violência jurídica”. Em outras palavras, Francisco não queria fazer prevalecer sua forma de vida alternativa apelando a leis temporais, sobretudo não exigindo privilégios eclesiásticos:

“Mando severamente sob obediência a todos os irmãos, onde quer que estejam, que não se atrevam a pedir à Cúria Romana algum rescrito, nem por si nem por pessoa intermediária, em favor duma igreja ou de outro lugar qualquer, nem sob o pretexto de pregação, nem por causa de perseguição corporal. Ao contrário, sempre que não forem aceitos em alguma parte, fujam para outra terra para ali fazer penitência com a benção de Deus” (Test 25-26).

Francisco julgava a busca de privilégios uma contradição a um estilo de vida que coloca a humildade e a não-violência no centro: “Preferia superar a adversidade com a humildade e não com a autoridade da lei” (JJ 13).



Viver a partir da justiça de Deus

5.

O aspecto da violência jurídica e do martírio leva-nos ao mundo do direito e da justiça. Mais ainda do que no tempo de Francisco, as pessoas percebem hoje a relação estreita entre justiça e paz. Esta convicção está expressa na carta encíclica “Pacem in Terris” do Papa João XXIII: “A paz permanece palavra vazia de sentido, se não funda na ordem que, com confiante esperança, esboçamos nesta Nossa Carta Encíclica: ordem fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade” (PT 167, cf. Fior 21). Assim reaparece um



pensamento que, tirado dos escritos de Santo Agostinho, colocamos no início da presente Lição. Paz é possível apenas quando as exigências da justiça forem atendidas.

Qual, porém, era a atitude que Francisco tinha frente à justiça? E quais são os aspectos oferecidos por ele que podemos fazer frutificar ainda hoje? Nos escritos do santo, encontramos três atitudes relacionadas com o tema da justiça:

• **Justiça é um termo teológico**

Para Francisco, justiça e Deus se identificam. É possível trocá-los entre si. Onde há justiça, lá está Deus; e Deus está onde se luta para alcançar a paz e onde se experimenta a justiça. Na grande ladainha de louvor a Deus, Francisco declara: “Tu és a justiça!”

Uma vez que Deus não existe fora do mundo, mas, ao contrário, enche e plenifica toda realidade, podemos concluir que toda experiência de justiça é simultaneamente uma experiência de Deus. Neste contexto, não se trata, em primeiro lugar, de uma justiça distributiva, mas muito mais fundamentalmente de uma ação de Deus que justifica e cria justiça. É Deus quem nos cria e nos mantém. Por isso, podemos confiar-nos a Ele com toda segurança. Podemos acrescentar ainda que qualquer engajamento feito em prol da dignidade humana é um serviço prestado a Deus.

Interessante também é notar as invocações que Francisco faz na Ladainha a Deus no contexto da justiça. Fala de “esperança” e “alegria” e, em seguida, de “continência” e de “toda nossa riqueza”.

No pensamento de Francisco, cada um destes termos evoca os outros. Em outras palavras: É de Deus que vem a verdadeira esperança, a verdadeira alegria, a verdadeira justiça. Portanto, é preciso relacionar o conceito ascético de “continência” e o termo econômico de “riqueza”, ambos com a justiça.

• **Justiça também é um conceito escatológico¹**

No Ofício da Paixão do Senhor, Francisco fala várias vezes do juiz que impõe justiça. Neste caso, se trata da justiça devida àqueles que sofrem perseguição, sendo sacrificados, injustamente condenados, enforcados ou crucificados. Contra toda evidência, Deus está do lado deles. A paixão pela justiça vive naquele que, confrontado com os sofrimentos terríveis no mundo, se volta com clamores e preces ao eterno juiz, na esperança de que Ele fará justiça. Francisco exprime este pensamento na sua versão do Salmo 6 (cf. Ofício da Paixão 6), portanto, no auge dos acontecimentos da Sexta-feira Santa, na “nona hora”, quando a injustiça parece vencer e o mundo inteiro mergulha nas trevas.

Até naquela hora, é preciso testemunhar a esperança em Deus Pai, o justo juiz. Francisco reza o mesmo verso do suplemento das vésperas da Sexta-feira Santa também na festa da

¹ Referente aos últimos tempos.

Ascensão do Senhor (cf. Ofício 7). A noite de Sexta-feira Santa se ilumina em vista do reinado de Cristo que nos traz a esperança invencível de que o divino juiz pagará a injustiça e imporá a justiça de Deus.

Esta justiça, tão esperada, já está presente, mostrando-se claramente na Ressurreição de Jesus, e isto aconteceu mesmo diante dos infiéis (cf. Ofício 9,3). Portanto, não somos apenas relegados ao futuro, mas podemos celebrar a justiça de Deus como evento já no dia da Páscoa. Durante o ano, Francisco celebrava Jesus Cristo como aquele cuja justiça se estende a todos os povos (cf. Ofício 11,6). Desta maneira, o desejo de justiça volta sempre de novo como uma aclamação: “Na tua justiça liberta-me; salva-me da injustiça” (Ofício 12,1).



• Finalmente, a justiça é também um conceito social

Francisco desdobra este aspecto sobretudo na sua Regra. Os mendigos, a saber, pessoas cujas necessidades vitais não são atendidas ou garantidas, lembram a Francisco a pessoa de Jesus de Nazaré que “não se envergonhou de se tornar para nós pobre e peregrino; e vivia de esmolas, ele mesmo e a bem-aventurada Virgem e seus discípulos” (RegNB 9,5). Nisto resplandece para Francisco a justiça divina, pois desta maneira, Jesus conseguiu para todos os pobres deste mundo o direito de mendigar. É por justiça que as pessoas devem ajudar aos necessitados para aliviar seus sofrimentos.

É significativo que Francisco não argumenta à base da caridade ou da misericórdia, mas da justiça. Para este fim, se serve exclusivamente de termos jurídicos: “E se os homens os tratarem com escárnio e não quiserem dar-lhes esmolas, rendam graças a Deus; porque pela humilhação receberão grande honra diante do tribunal de Nosso Senhor Jesus Cristo. E saibam que a humilhação não é imputada aos que a sofrem, mas aos que a infligem. E a esmola é uma herança e um direito adquirido em favor dos pobres, que nos conquistou Nosso Senhor Jesus Cristo. E os irmãos que se afadigarem em recolhê-la terão uma grande recompensa, proporcionando ainda aos que a oferecerem, ocasião de lucrá-la e merecê-la. Pois tudo o que os homens deixam para trás no mundo, perecerá, mas pela caridade e pela esmola que tiverem feito receberão do Senhor a justa recompensa” (Reg NB 9,7-12).

Quem se refere a Cristo julga a distribuição dos bens deste mundo segundo os critérios dele. Isto vale não apenas para os irmãos, mas para os pobres em geral. Na sua encíclica



“Sollicitudo Rei Socialis” de 1987, o papa João Paulo II assume esta convicção, escrevendo: *“A estimulante preocupação pelos pobres, os quais, segundo a fórmula significativa, são “os pobres do Senhor”, deve traduzir-se, a todos os níveis, em atos concretos até chegar decididamente a uma série de reformas necessárias. Depende de cada uma das situações locais individualizar as mais urgentes e os meios para as realizar”* (SRS 43).



Francisco procurava viver a vida dos pobres, porque queria estar próximo deles em solidariedade. Igualmente, ao mendigar, exigia justiça para si e para eles. Aqui referimo-nos a temas que já foram tratados em outras Lições (19 e 20).

Fontes eclesiais e franciscanas

Bíblia	Nm 6,24ss; Sl 20,8; Mt 5,3,9; 10,1-42; Lc 10,5; 1Cor 14,29; Ef 2; 2Tm 2,14
Documentos da Igreja	PT 167; SRS 43
Fontes	Ofício 6ss; 9,3; 11,6; 12,1; EL; BLe; Cant 11; 2CtFi; CtMin; CtOrd 13; Adm 13; 15; Leg3C 35; 39; 58; Fior 11; 21; Test 3; 6; 9; 25s. RegNB 6ss; 9; 16,6; 17,19; 22,9; RegB 2,17; 3,10ss; 14; 2Cel 37; 108; Jj 5; 13; LegPer 10; 84; 101; Memoriale 15,3; 16
Documentos interfranciscanos	-
OFM - OFMCap - OFMConv	-
OSC (Clarissas)	-
OSF (TOR)	-
OFS	-
Suplementos *	-

* **Anotação:** As fontes podem ser completadas pelos participantes do curso.



Exercício

Exercícios

IV.

1.

Leia os seguintes textos:

• **Admoestação 15:**

“Bem-aventurados os pacíficos, porque eles serão chamados filhos de Deus” (Mt 5,9). São verdadeiramente pacíficos os que, no meio de tudo quanto padecem neste mundo, se conservam em paz, interior e exteriormente, por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo.”

• **Verso do Cântico ao Irmão Sol:**

“Louvado sejas, meu Senhor, pelos que perdoam por teu amor, e suportam enfermidades e tribulações. Bem-aventurados os que as sustentam em paz, que por ti, Altíssimo, serão coroados.”

• **Da Regra não-bulada 9,5:**

“(Jesus Cristo) não se envergonhou de se tornar para nós um pobre e peregrino; e vivia de esmola, ele mais a bem-aventurada Virgem e seus companheiros”.

• **Da Regra não-bulada 9,6-9:**

“E se os homens os tratarem com escárnio e não quiserem dar-lhes esmolas, rendam graças a Deus; porque pela humilhação receberão grande honra diante do tribunal de Nosso Senhor Jesus Cristo. E saibam que a humilhação não é imputada aos que a sofrem, mas aos que a infligem. E a esmola é uma herança e um direito adquirido em favor dos pobres, que nos conquistou Nosso Senhor Jesus Cristo. E os irmãos que se afadigarem em recolhê-la terão uma grande recompensa, proporcionando ainda aos que a oferecerem ocasião de lucrá-la e merecê-la. Pois tudo o que os homens deixam para trás no mundo perecerá, mas pela caridade e pela esmola que tiverem feito receberão do Senhor a justa recompensa.”

Tarefa:

A partir destes quatro textos, elabore alguns mandamentos para uma cultura franciscana da paz.





Leia a introdução ao “Itinerário do espírito a Deus” de S.Boaventura:

Boaventura entende a mensagem de paz de Francisco de uma maneira especial:

“Para iniciar, apelo ao fundamento do qual toda iluminação desce como do ‘Pai das luzes’, a saber, do Pai eterno por seu Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, donde nos vem toda boa dádiva e todo dom perfeito.

Por intercessão da Sma Virgem Maria, a Mãe do mesmo Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo, e do bem-aventurado Francisco, nosso guia e pai, conceda-nos ao nosso espírito ‘olhos iluminados’, para que ‘dirijamos nossos passos no caminho daquela paz que supera todo entendimento’.

Foi esta a paz que Nosso Senhor Jesus Cristo anunciou e trouxe; e cuja mensagem nosso pai Francisco repetiu. Ele recomendou a paz no início e no fim de cada pregação; desejava a paz por cada saudação; almejava a paz do êxtase em cada contemplação. Francisco se assemelhava ao habitante de Jerusalém, do qual aquele amigo da paz falou, que vivia em paz com aqueles que odiavam a paz: ‘Peçam para Jerusalém aquilo que serve à paz!’ Pois ele sabia que o trono de Salomão só podia manter-se na paz; pois está escrito: ‘Permaneceu na paz e sua habitação está em Sião.’”

Pergunta e Tarefa:

1. Você encontra alguma evolução entre o conceito da paz de S. Francisco e o de S. Boaventura (cf. o 1º Exercício)?
2. Descreva o que notou.



“Fazei-me instrumento da vossa paz!”

Desde o início do século XX, há uma oração muito divulgada, muitas vezes atribuída a S. Francisco por representar o seu espírito:

Senhor, fazei-me instrumento
de vossa paz.

Onde houver ódio,
que eu leve o amor.

Onde houver ofensa,
que eu leve o perdão.

Onde houver discórdia,
que eu leve a união.

Onde houver dúvida,
que eu leve a fé.

Onde houver erros,
que eu leve a verdade.

Onde houver desespero,
que eu leve a esperança.

Onde houver tristeza,
que eu leve a alegria.

Onde houver trevas,
que eu leve a luz.

Ó Mestre,
fazei que eu procure mais
consolar, que ser consolado;
compreender,
que ser compreendido;

amar, que ser amado.

Pois é dando que se recebe;
é perdoando que se é perdoado.

E é morrendo que se vive
para a vida eterna.



Pergunta e Tarefa:

1. Releia este texto várias vezes, meditando-o.
2. Partilhe suas impressões com outros.
3. Quais seriam as conseqüências para a sua vida?



Exercício

4.

Durante o Congresso de Mattli (1982), Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns, OFM, comentou a lista dos Direitos Humanos, elaborada em Puebla (1979) pela Assembléia Geral do CELAM.

Direitos individuais:

à vida (à nascer e à procriar),
à integridade física,
à proteção legal,
à liberdade religiosa,
à liberdade de opinião,
à participação nos bens e serviços,
a construir o próprio destino,
ao acesso à propriedade,
e a "outras formas de domínio privado sobre os bens exteriores".

Direitos sociais:

à educação,
à associação,
ao trabalho,
à moradia,
à saúde,
ao lazer,
ao desenvolvimento,
a um bom governo,

à liberdade e justiça social,
à participação nas decisões que concernem ao povo e à nação.

Direitos emergentes:

à própria imagem,
à boa fama,
à privacidade,
à informação e expressão objetiva,
à objeção de consciência “contando que não se violem as justas exigências da ordem pública”,
e a uma visão pessoal do mundo.

Direitos internacionais:

direito à uma convivência internacional justa entre as nações, com pleno respeito à sua auto-determinação econômica, política, social e cultural;
direito de cada nação a defender e promover seus próprios interesses perante as empresas transnacionais;
direito a uma nova cooperação internacional;
direito a uma nova ordem internacional em consonância com os valores humanos de solidariedade e justiça.

Perguntas e Tarefas:

1. Reflita sobre cada um dos direitos humanos elencados, perguntando a si mesmo: qual é a atitude do meu país, minha província, minha comunidade a respeito destes direitos?
2. Quais são os deveres que correspondem a estes direitos?
3. Qual destes direitos seria de importância especial dentro da minha cultura?
4. Que tipo de obrigações decorrem daí de um engajamento em prol de justiça e paz?





“Franciscans International”: uma voz profética!

Por inacreditável que possa parecer, Lenin falou uma vez: “Para salvar a Rússia, precisava apenas de dez Francisco de Assis.” E o Papa João Paulo I declarou em 2.10.1976: “Multipliquemos os santos; e o mundo será salvo!” (Gente Veneta, Vol.2, nº 38)

Ao iniciarmos o século XXI, a ânsia por um mundo melhor fica cada vez mais insistente. É o desejo de um mundo reunido, reconciliado e salvo. Pelo seu serviço como organização não-governamental (= ONG), “Franciscans International” está convidada e autorizada a colaborar na elaboração desta nova ordem mundial.

A visão mundial franciscana sublinha os valores de simplicidade, humildade, caridade e alegria. A comunidade das Nações Unidas convida os franciscanos e as franciscanas a serem seus críticos e profetas internos, engajando-se contra a violência e exploração dos povos e das riquezas da terra. Os franciscanos devem insistir para que haja relações entre as nações, marcadas pela justiça e pelo amor; e devem tentar descobrir e interpretar o plano de Deus para a evolução do universo.

Nas palavras de Robert Müller, reitor da Universidade de Paz de Costa Rica e antigo Secretário Auxiliar das Nações Unidas: “Este é o nível no qual os franciscanos podem fazer a sua maior contribuição para a missão das Nações Unidas, a saber, pelo anúncio da importância central, da beleza e da riqueza imensa da espiritualidade, capaz de curar as feridas deste mundo.

Há muitos grupos e indivíduos que ajudam aos pobres, que se engajam em prol da paz e do desarmamento, que defendem o meio ambiente e a natureza e se engajam na sua defesa e proteção. Não há, porém, muitos que possuem, como os franciscanos, uma visão espiritual integral para a humanidade, sobretudo da vida, da natureza, do nosso planeta e nosso lugar, nosso papel no universo e através do tempo” (Conferência Franciscana Internacional, Assis, 14-20 de maio 1989).

“Este é o legado que “Franciscans Internacional” deixou às Nações Unidas em 1995, por ocasião do cinquentenário de fundação da ONU e em vista do século XXI, a saber, redescobrir e manter o espírito de Francisco, resolvendo assim problemas para que se possa tomar o caminho que cada um possa entender: o caminho do amor” (Paul Sabatier), anunciando sempre “Pace e Bene!” (= Paz e Bem)” (Extrato de um artigo no boletim de “Franciscans International”).

Perguntas e Tarefas:

1. De que maneira “Franciscans International” pode exercer influência sobre a tomada de decisões? Você conhece exemplos?
2. Como é que “Franciscans Internacional” pode impedir que as Nações Unidas sejam manipuladas por justificações morais ou por legitimações feitas por outros?
3. Como “Franciscans International” pode servir às Nações Unidas como sua consciência e crítica interna?
4. Falou-se que a Família franciscana está dividida, porque alguns ramos são independentes. Qual é a sua impressão? Em caso afirmativo, você acredita que haja obstáculos para aceitar “Franciscans International” como uma organização que vale para todos os ramos da Família franciscana?
5. Na vida de S. Francisco e na história de sua própria comunidade franciscana, você vê indícios que possam levar hoje a uma cooperação ativa da Família franciscana como ONG, nas determinações da ONU? (cf. visão dos franciscanos nas Nações Unidas em C1).
6. No seu livro intitulado “Vida religiosa, uma visão profética”, O’Murchu descreve pessoas proféticas da seguinte maneira: “Pessoas proféticas são pessoas cuja profissão é libertar a força existente nos outros e no nosso universo, ao rejeitar tudo que contraria o valor essencial do ser humano e ao dar todo apoio para libertar a força transformadora do Reino de Deus” (Religious Life: A Prophetic Vision, p.243).

Tarefas:

1. Compare esta descrição com o texto acima, sobre a ONG franciscana como um serviço profético.
2. Estabeleça uma relação entre esta descrição e a de uma pessoa profética na situação atual.





A Declaração de Solidariedade de “Franciscans International”:

No fim da Conferência da ONU em Istanbul, de 3-14 de junho de 1996, representantes de “Franciscans International” publicaram a seguinte declaração:

“Nós, que tivemos a oportunidade de participar como representantes de “Franciscans International” da África, Ásia, América do Norte, Europa e América Latina na Conferência da ONU “Habitat II”, temos que constatar, perplexos e envergonhados, que os problemas de moradia em outras partes do mundo são tão sérios ou até piores do que aqueles que encontramos em nossos próprios países.

Mesmo durante a conferência, temos recebido informações conflitantes sobre a destruição de casas e aldeias inteiras na Turquia, o país anfitrião de Habitat II. Convém lembrar que a Resolução 1993/77 da ONU condenou formalmente o despejo, e que esta condenação foi reafirmada por Habitat II.

Em 6 de junho, houve um bloqueio policial contra a manifestação de protesto de várias ONG, da qual participavam mais que 1000 pessoas ao atender a chegada de três ciclistas, que vieram da França em protesto e manifestação de solidariedade com os sem-teto, assim como contra as represálias durante a conferência. Coisa que nós já tínhamos desconfiado antes deste encontro internacional. A comparação entre estes acontecimentos e aquilo que acontece em outras partes do mundo impede-nos de recorrer ao luxo do silêncio.

No Brasil, p.ex., muita gente perdeu a vida ao se engajar em prol da terra e da moradia, como aconteceu recentemente em Corumbiara e Eldorado do Carajás, no sul do Pará. Parece que vale para a maioria dos governos e das autoridades civis a citação que diz: ‘Deixem-nos falar e escrever sobre “Habitat”, porque isto não tem importância nenhuma!’ Portanto, ainda falta fazer um longo caminho até a defesa do direito à moradia, mesmo por meio de manifestações pacíficas.

Ao testemunhar a nossa solidariedade com as vítimas daqueles acontecimentos trágicos, proclamamos a nossa decisão de resistir a um sistema legal que promete tudo na teoria, mas que recusa tudo na prática. Faremos isto, mesmo se tivermos que sofrer as mesmas ameaças que os pobres. Recusamos-nos a aceitar decisões que têm a ver com o direito dos pobres a um espaço vital, caso estas decisões sejam tomadas sem o consentimento dos pobres.

... Não há bem-estar comum, se o mundo não é de todos. Pois, isto é o alvo de uma globalização que procura chegar a uma fraternidade universal. Francisco chamava a terra de "mãe". Futuramente, o acesso ou a posse da terra não deverá ser impedido por leis, quaisquer que sejam.

O direito à vida pressupõe o direito a um lugar para viver. 'Eu vim para que tenham a vida, e a tenham em abundância!' disse o Senhor. A maneira atual, porém, como se faz a distribuição das terras contradiz, de maneira inequívoca, este espírito.

Agora é a hora de reagir! Devemos engajar-nos para que estes direitos, até agora apenas prometidos, mas nunca realizados, se tornem realidade. Esta é a conclusão de nossa participação em "Habitat II": o direito a uma distribuição universal da moradia, da terra, do pão, do espaço vital, do lar, da vida e da liberdade para todos os seres humanos".

Perguntas e Tarefas:

1. Procure, no seu contexto, informações sobre a situação dos sem-teto.
2. Visite os cortiços e lugares de refúgio onde essa gente costuma procurar abrigo.
3. O que você está fazendo e o que a sua comunidade pode fazer para essas pessoas?



Aplicação

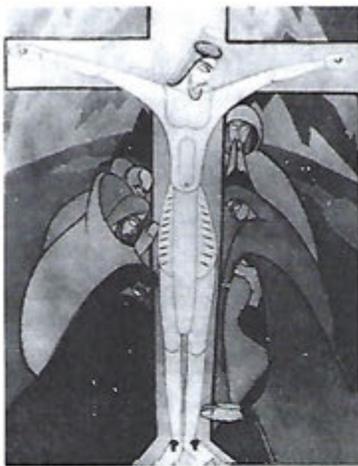
2.

Contemple as seguintes imagens. São representações modernas do Crucificado, oriundos de quatro continentes:

A 1ª imagem, da América Latina,

representa um camponês crucificado. A sua Cruz é feita de uma pá e de um forcado, símbolos do trabalho duro que tem que fazer. Seu rosto está escondido, demonstrando a sua marginalização: ele é um "ninguém".

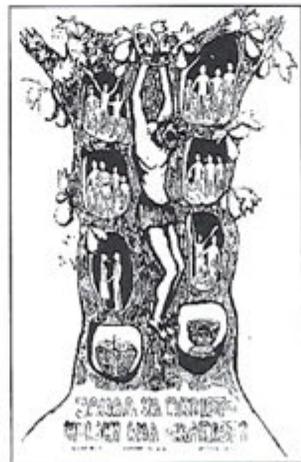




A 2ª imagem é da Ásia, do artista indiano Arup Das. Para este artista não-cristão a paixão de Cristo tem um profundo sentido. A Índia sofre muito, mas sempre há pontos de vista que escondem algo da realidade física daquilo que acontece. Um "avatara", ou seja, a descida de uma divindade, sempre é considerada como algo apenas simulado. Jesus, porém, sofreu realmente. Aos pés da Cruz estão aqueles que compreenderam isto, e desta maneira, estão mais capacitados para compreender a vitória do Ressuscitado sobre o sofrimento e a morte. Morte e Ressurreição formam uma unidade indivisível.

A 3ª imagem, da África,

é um poster do 43º Congresso Eucarístico Internacional de Nairobi (1985). A família cristã vive da Eucaristia. A árvore tem uma significação muito especial na tradição africana. Debaixo da árvore sagrada as dádivas são oferecidas, realiza-se a reconciliação, o conselho dos velhos se reúne e a Eucaristia é celebrada. As pessoas estão como que enxertadas dentro da árvore que representa simultaneamente a Árvore da vida e o lenho da Cruz. Somos nós os que formamos esta árvore e que trazemos os frutos dos quais a humanidade tem que viver.



A 4ª imagem é da Europa,

do artista Tony Schreiber, tem a inscrição: "A nossa Cruz: estamos crucificando Jesus Cristo!" O nosso tempo crucifica o Senhor por guerras atômicas e bombas, com horror e pavor.

Perguntas e Tarefas:

1. Deixe-se impressionar por essas imagens. Que sentimentos evocam?
2. Que tipos diferentes de medos e experiências se escondem atrás destas representações?



Aplicação:

3.

Elabore graficamente um sociograma:

Perguntas e Tarefas:

1. No centro de uma folha de papel, coloque um ponto como símbolo de si mesmo. Coloque em redor, outros pontos, mais perto ou mais afastados, significando as pessoas com as quais você convive e trabalha.
2. Pense conscientemente nas relações que você tem com essas pessoas.
3. O resultado do sociograma que você desenhou, surpreende você?
4. O que você encontra?
 - relações que fazem você ficar feliz, que têm que ser melhoradas, ou que você deve cortar?
 - conflitos que têm que ser identificados, resolvidos ou suportados?





Estratégias para o dia-a-dia, que possam facilitar as relações interpessoais

• Habilidade ao negociar

Todos nós somos, mais cedo ou mais tarde, obrigados a negociar, seja que se trate de fixar datas, distribuir tarefas, organizar agendas, decidir compras ou fazer planos de férias, etc. Negociar é um meio para conseguir de outrem aquilo que desejamos ou necessitamos. Trata-se de uma comunicação interativa que visa a um compromisso, quando dois parceiros procuram juntos, ou quando representam interesses conflitantes.

Necessita-se negociar cada vez com mais frequência, pois cresce continuamente o número de pessoas que procuram participar nas tomadas de decisão, porque já não querem aceitar simplesmente o que outros decidem no lugar delas. Seja no governo, na política, na vida profissional ou na família e na comunidade, chega-se ao maior número de decisões através da negociação.

Apesar de termos que negociar quase todos os dias, sentimos com frequência dificuldades para escolher e encontrar o método certo. Há estratégias que nos deixam insatisfeitos, exaustos ou até alienados uns dos outros.

Com frequência, nós nos encontramos diante da necessidade de escolher o modo de negociar: ou de maneira “branda”, ou de maneira “dura”. A maneira “branda” procura, o mais possível, evitar conflitos pessoais e facilmente aceita compromissos para chegar a um acordo. Quem, porém, se decide por esse método, muitas vezes acaba com uma sensação de ter sido explorado, ficando assim com ressentimentos. Certos provérbios que dizem: “O mais inteligente sabe ceder!” ou “Com os bobos a gente faz o que quer!” têm que ser questionados.

O parceiro, que escolhe o método “duro” para negociar, vive cada prova como um medir de forças entre duas vontades opostas. Quem assume a posição mais extrema e agüenta o estresse por mais tempo tem as maiores chances de ganhar. Com frequência, porém, um comportamento “duro” provoca uma reação igualmente “dura”. Isto leva ao esgotamento físico, a relações feridas ou mesmo rompidas com o parceiro do negócio.

Existe ainda uma terceira via, que não é nem “branda” nem “dura”, mas que une as duas posições. Este método representa uma maneira de negociar que se deixa guiar por princípios e não se baseia numa luta entre as duas partes, quando cada um se enrijece, insistindo naquilo que pode ou não pode fazer ou ceder.

Trata-se, antes, de concentrar a atenção em interesses e vantagens que não dependem unicamente da utilidade pessoal. Portanto, trata-se de vantagens e não de posições. Começa-se a enfocar o mais possível o que seja vantajoso para ambas as partes e corresponda às necessidades dos dois lados. Onde, porém, persiste um conflito de interesses, é preciso dar muita atenção à procura de um resultado que seja justo para os dois.

Neste método, os parceiros são “duros” na defesa de valores, mas “brandos” no tratamento do outro. Não é lícito usar truques, e cada um deve desistir da pose daqueles que querem impor-se. Igualmente não se deve manipular o outro ou exercer pressões sobre ele.

Este método, orientado por princípios e valores, mostra a cada um como chegar a um resultado que lhe seja favorável e de maneira civilizada. Ajuda a ser honesto; e protege contra aqueles que procuram explorar a honestidade do outro. Não deve haver nem vencidos nem vencedores, mas apresenta-se uma via que seja aceitável a ambos os partidos.

Para negociar, todos os métodos podem ser classificados segundo três pontos de vista:

- Se for possível, devem procurar chegar a uma solução sábia.
- Eles têm que ser eficazes e/ou eficientes.
- Precisam melhorar relações interpessoais ou, pelo menos, não prejudicá-las.

Uma solução é sábia:

- quando atende aos interesses legítimos de ambas as partes;

- quando é durável;

- quando respeita os interesses da comunidade.

A luta por posições não conduz a acordos sábios ou inteligentes.

Quando parceiros negociam para alcançar certas posições, eles correm perigo de aferrar-se de tal modo que chegam a identificar-se totalmente com a respectiva causa. Pois, quanto mais nos apegamos a certas posições, defendendo-as de qualquer ataque, tanto mais nós nos identificamos com a tal causa, perdendo de vista a pessoa.

Enquanto procuramos persuadir o outro porque não queremos largar a nossa posição inicial, tanto mais difícil se torna depois repensar a própria posição. Quando o nosso “ego” se identifica com a posição, leva-nos a mais um problema suplementar, a saber, o desejo de não perder o prestígio quando, futuramente, tivermos que ajustar outras causas com esta mesma posição tomada com tanta rigidez. Tudo isso torna cada vez mais improvável chegar a um acordo, capaz de conciliar os interesses dos dois partidos por meio de uma solução sábia.

Portanto, a tarefa é: procurar a solução em conjunto. Devemos distinguir entre a pessoa e seus problemas. Trata-se de um processo que exige tempo e paciência. Nestes casos, pode ser de ajuda, se há uma terceira pessoa como mediador.

Uma disputa é uma certa forma de conflito² significando nem inimizade, nem guerra. Inimizade e guerra visam rebaixar ou mesmo esmagar o outro. Tanto a inimizade como a guerra permitem o direito à honra e à vida apenas a um dos lados. Ambos estão imbuídos de elementos de morte. Enquanto isso, a disputa procura esclarecimento entre posições

² Conflito: do latim “con-fligo” = bater-se ou empurrar-se um ao outro



diferentes e entre parceiros que têm a mesma dignidade. O conteúdo da contenda é procurar a reconciliação e não o aniquilamento do outro. Disputas que utilizam meios humanos chegam a uma paz conciliadora.

• **Treze mandamentos para a comunicação em situações conflitivas**

A comunicação em situações conflitivas difere da comunicação normal no dia-a-dia. Necessita de uma outra orientação. Pois quando existe uma maior possibilidade de que haja desentendimentos e se chegue a um rompimento das relações, então isto exige uma grande atenção a regras especiais:

1. Domine a sua tendência de julgar o outro.

Em vez de protestar: “Você tem o mau hábito de me interromper o tempo todo!”, basta uma observação descritiva: “Você me interrompeu!”.

2. Concentre-se no comportamento atual.

Não ajuda em nada evocar o passado e promulgar conjeturas sobre um futuro incerto. Portanto, evite dizer: “Daquela vez, você também já...”. “Você sempre...” “Você ainda vai se lembrar disso!”

Quando o diálogo se desvia para o passado ou o futuro, é possível voltar ao tema perguntando: “Como isto pode ajudar-nos agora?” ou: “O que vamos fazer com aquilo que acontece atualmente?”

3. Prestar atenção ao tom, à comunicação não-verbal.

Aí está uma grande fonte de desentendimentos: “É o tom que faz a música!” Com frequência, nossas palavras e nossos gestos enviam mensagens contrastantes.

4. Use frases que se referem ao próprio eu:

Tais frases ajudam exprimir sentimentos: “Sinto-me desencorajado, se você fala assim!” - “Estou preocupado por você, quando você volta para casa alta noite!” Isto soa melhor do que dizer: “Onde foi que você se meteu desta vez?”

5. É preciso unir abertura com amor.

O amor não deve sofrer ameaças. Somente sob esta condição, a discussão pode ajudar. “Não use um caminhão cheio de verdades para atravessar a ponte da confiança, enquanto

esta ainda é frágil demais para suportar tanto peso!" - "A arte da comunicação é a capacidade de estar totalmente aberto e, ao mesmo tempo, profundamente bondoso" (John Powell). Abertura deve ajudar para resolver problemas, mas nunca deve servir como instrumento de manipulação.

6. Escolha as suas palavras com cuidado

Evite palavras capazes de agravar o conflito: "Você não deve..." "Não faça isso!" "Você sempre...", "Você tem que...". A criança que existe dentro de cada um de nós reage negativamente a tais exortações com atitude defensiva ou irada.

7. Não forçar a abertura do outro

Permita ao outro reter certas informações; ou dê-lhe segurança, prometendo que a sua abertura não terá conseqüências negativas. "Diga-me simplesmente o que está querendo dizer. Quando há algo que não quer partilhar, não se preocupe."

8. Escutar bem

Repita brevemente o que entendeu daquilo que o outro lhe falou. Isto ajuda a impedir mal-entendidos, quando o outro talvez fala muito, mas de maneira um tanto desordenada ou desconcertante. Ajuda a clarificação perguntar: "Será que entendi bem?" - "Foi isto o que você quis dizer?"

9. Cuidado ao fazer perguntas

Muitas vezes, perguntas viram ataques ou manipulam, como p.ex., "Você não acredita também que...?" - "É verdade que...?" - "Você continua ainda fazendo...?" "Você não foi aquela pessoa que...?"

Existe ainda a pergunta punitiva, que procura ridicularizar o outro: "Porque você fez aquela bobagem?" - "Quando, finalmente, você vai aprender que...?" - "Você realmente ainda não sabia disso?"

Perguntas pelo "porquê?" não levam para diante.

10. Utilizar o poder do silêncio e demorar para responder

Não convém, porém, exagerar o silêncio. Através de um silêncio ofensivo ou obstinado é possível exercer poder sobre outros.



11. Não ter medo de admitir quando o outro tem razão

“Você está certo!” - “Talvez seja você quem tem razão!” Se não há motivo para admitir nada em especial, existe sempre a possibilidade de reconhecer os sentimentos do outro: “Entendo que você esteja com raiva!” - “No seu lugar, eu iria ficar ainda mais indignado! Como vamos poder solucionar o problema agora?”

12. Evite interpretar motivações

Evite frases como: “Acredito que você fez isso de propósito para me irritar!” - “Você está fazendo isso expressamente, porque...” - “Você teve uma infância infeliz, e por causa disso...” - “Você tem complexos de inferioridade!” - “Você está muito mimado e por isso...” - “Você quer se sobressair com seu saber!”

13. Não dar muitos conselhos

Com frequência, dar conselhos equivale a fazer um sermão, dar uma ordem ou demonstrar a própria superioridade: “Eu sei mais que você!”

Atitudes fundamentais no diálogo, para resolver conflitos subjacentes

1. Trata-se de sarar e reatar relações e não de ficar com a última palavra e a razão.
2. Trata-se de compreender e esclarecer e não de emitir julgamentos.
3. Trata-se de dar transparência à própria posição e seus fundamentos (medos, incertezas, preocupações, carências, raiva e faltas de fé); e não de justificações.
4. Tenho o direito de sentir, pensar, perguntar, criticar; mas não posso esperar que o outro esteja na mesma onda que eu.
5. Tenho que explicar o meu ponto de vista com clareza, sem reagir de maneira magoada ou parecer ofendido. O melhor seria responder somente após uma reflexão, que pode ter a forma de uma oração. “Sim, eu sou assim!” - “Eu sinto assim!” - “Vejo e sinto isso de outro modo que você!” É preciso, então, explicar em que sentido a gente sente diferente.
6. Ajuda lembrar-se de que Deus aceita cada um incondicionalmente na sua maneira única de ser. Libertando assim dentro das pessoas forças que o capacitam de vir a ser o que podem ser.

Tarefa:

Medita sobre estes pontos!

Em Português:

AA.VV.,

Instrumentos de Justiça e Paz, Petrópolis, CFMB, 2000.

AA.VV.,

Os Franciscanos ante os desafios do Terceiro Mundo, Petrópolis, Vozes-Cefepal, 1983.

Mozzarollo, I.

Justiça e Paz: um binômio bíblico, em Cadernos Franciscanos 10, Petrópolis, Vozes-FFB, 1996, p. 23-31.

Em Alemão e outras línguas:

Amendt, P./Neitzert, J. e outros (edit.)

Beiträge über Franciscans International: Tauwetter, caderno 4/89 e 2/96 (MZF, Bonn)

Auerbach, E.

Mimesis. Dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur (Berna 1946)

Agostinho

De Civitate Dei. "Der Gottesstaat" (Munique 1991)

Balázs, J./Wiberg, H.

- Peace Research for the 1990s (Budapest 1993)
- Changes, Chances and Challenges - Europe 1993 (Budapest 1995)

Berg, D. (edit.)

Spiritualität und Geschichte. Festgabe für L. Hardick, OFM (Werl 1993)

Bey, H. von der

"Der Herr gebe dir den Frieden!" Eine franziskanische Friedenstheologie (Werl 1990)

Birckenbach, H.-M./Jäger, U./Wellmann, C. (edit.)

Jahrbuch Frieden (Munique)

Boff, L./Bühlmann, W. (edit.)

Os franciscanos ante os desafios do terceiro mundo. (Mattli 1982), CEFEPAL (Petrópolis 1983)

Bruder Franz

Gewaltverzicht. Zweimonatsschrift für Franziskanisches Leben, caderno 3/4, maio-agosto (Fulda 1983)



Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Brüderlichkeit ja, Gewalt nein (Mettingen 1984)

Faley, R.

Die franziskanische Friedensbewegung in einem modernen Umfeld. L.Boff/
W.Bühlmann (edit.) "Baue meine Kirche auf" (Düsseldorf 1983) 57-74

Flood, D.

- Peace in Assisi in the Early Thirteenth Century: Franziskanische Studien 64 (1982) 67-80
- Assisi's Rules and People's Needs: ibidem 66 (1984) 91-104

Gugel, G./Jäger, U.

Gewalt muss nicht sein (Tübingen 1994)

Hardick, L.

Die gesellschaftskritischen Linien bei Franz von Assisi (1982) (MZF, Bonn)

Initiative für Frieden e.V. (edit.)

Frieden und Abrüstung. Informationen und Dokumente aus der internationalen Friedensdiskussion (Bonn)

Krell, G./Mutz, R./Solms, F. (edit.)

Friedensgutachten 1994 (Munique 1994)

Lohfink, N.

Der gewalttätige Gott des Alten Testaments und die Suche nach einer gewaltfreien Gesellschaft. Jahrbuch für Biblische Theologie, vol.2 (1987) 106-136

Meerseemann, G.

Dossier de l'Ordre de la Pénitence au XIII siècle (Fribourg, Suíça 1961) 101

Missionszentrale der Franziskaner (edit.)

Da Série: Berichte, Dokumente, Kommentare

- Caderno 17: Impulse für eine Friedensstrategie bei Franz von Assisi (Bonn 1983)
- Caderno 38: Umkehr zum Leben. Franziskanische Positionen zur atomaren Bedrohung (Bonn 1988)
- Caderno 41: Aktive Gewaltfreiheit. Eine franziskanische Initiative (Bonn 1989)
- Caderno 67: Menschenrechte. Unsere Anwaltfunktion für die Entrechteten (Bonn 1997)
- Caderno 68: Spiritualität der Gewaltfreiheit. Eine Grundpflicht des franziskanischen Charismas (Bonn 1997)

Thier, L.

Der Friede erwächst aus der Armut. Armut und Friede im Leben des hl. Franz von Assisi: Wissenschaft und Weisheit 39 (1976) 108-122

UCIP-Akten

Ethics of Peace in a World of Violence (Fribourg, Suíça 1996)

Frontispício:

São Francisco. Estátua de F. Luigi Sapia, OFMConv, 1925 (Basílica de S. Francisco, Assis)

Frontispício interior:

Foto de Marion Küstenmacher

p.04: De: Le livre de la châsse de Gaston Phébus, Bibliothèque Nationale, Paris.

p.05: De: Franziskaner Mission, 3/97, Foto: S. Salgado

p.07: "Paz". De: Adveniat, Dokumente/Projekte 32, 1987

P.08 e 09: (ao alto): Quatro ilustrações de Robert Wyss

p.09: (em baixo): Religiosos protestam em Frankfurt diante de um Banco. De: Dienender Glaube, 11/94, Foto: KNA-Bild

p.12: (ao alto): De: Kontraste, 1/92

p.12: (em baixo): Francisco recebe os estigmas do Senhor (17.09.1224). Afresco de Pietro Lorenzetti, cerca de 1320, Basílica inferior de S. Francesco em Assis

p.14: De: Kontraste, 1/95

p.16: O lobo de Gúbio. Desenho de La Franceschina, 1929

p.17: De: Das Zeichen, 4/89, Foto: M. Kohler

p.19: De: Schriften zum II. Welternährungskongress 1970, caderno 4

p.20: De: Alle Welt, 9/10/91, Foto: Radtke/Present

p.23: De: Christliche Frau, 6/97

p.40: Trabalho em batique, Brasil. Foto: Mabel Moyano, Argentina



No sinal da Paz

Quem quer entrar num diálogo
deve rebaixar-se,
encurvar-se,
abstrair de si,
voltar-se para o outro
e inclinar-se.

Não deve desejar possuir
muita coisa
nem apoderar-se de muita coisa.

Fazer poucas advertências.
Melhor ainda: não fazer nenhuma.
Talvez, ocasionalmente,
sugerir recomendações.

De maneira invisível,
defender com mão protetora.
De maneira imperceptível,
pensar diferente.

Não se apresentar como um adulto,
não julgar falhas logo
como se fossem algo vergonhoso.
Permitir erros e equívocos.

Manter, porém, o direito a preocupar-se
a descobrir e partilhar aflição.

Educar-se mutuamente.
Levar-se a sério mutuamente.



Comer e beber juntos.

Propagar a fantasia,
a impaciência criativa.
Agüentar revolta
e chorar juntos.

Não saber sempre tudo melhor.
De preferência não saber nada melhor que o outro.
Mas consolar.

Partilhar a perplexidade,
reacender o calor.
Deixar que apareçam alianças,
que apareça o amor...

Hanns Dietrich Hüsch



Para adquirir os cadernos das lições, favor entrar em contato com:



FAMÍLIA FRANCISCANA DO BRASIL

CNPJ 31.166.622/0001-18
Rua Coronel Veiga, 1705 - CEP 25655-152
Caixa Postal 90.174 - CEP 25621-970
PETRÓPOLIS - RJ
PABX (0xx24) 2242-5247 e 2242-1300
FAX (0xx24) 2242-7644
E-mail: ffb@compuland.com.br

Lições já publicadas:

9. A missão franciscana segundo as fontes modernas
10. Unidade de contemplação e missão
11. Decisão por Cristo e amplitude universal
12. Fraternidade universal: Reconciliação com Deus, com o homem e a natureza
13. A missão franciscana e o anúncio da palavra
14. Irmãs e irmãos num mundo secularizado
15. O diálogo com outras religiões: Um caminho franciscano
16. Encontro com os muçulmanos
17. Inculturação, tarefa franciscana
18. O sonho franciscano de uma Igreja ameríndia
19. Francisco de Assis e a opção pelos pobres
20. Teologia da Libertação na visão franciscana
- 21a. Crítica Profética de Sistemas Sociais na perspectiva franciscana:
Parte I: O Capitalismo
- 21 b. Crítica Profética de Sistemas Sociais na perspectiva franciscana:
Parte II: O Marxismo
22. "Como homem e mulher Ele os criou" – Um desafio franciscano
23. Empenho franciscano pela Paz

Próximas lições a serem publicadas

24. Nossa relação com a Ciência e a Técnica
25. A Missão permanente dos franciscanos na Igreja